

Serpro culpa os TREs por atraso na apuração

Os tribunais regionais do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro foram os campeões do atraso no envio de informações para o TSE em Brasília. Para se ter uma idéia, de um total de 39.060 boletins de urnas paulistas, o Serpro, até ontem, havia recebido 29.897, digitado 22.470 mas não havia tido autorização para emissão de nenhum disquete. O mesmo se verificou no Rio Grande do Sul. Lá, de um total de 20.670 boletins, o Serpro recebeu 2.666, digitou 1.430, mas também não gerou disquete algum. Antes de executar é preciso autorização formal dos juízes dos tribunais regionais, o que, até as 17h30 de ontem, não havia acontecido. O TRE só envia dados para o TSE em Brasília a partir destes disquetes. Aí parece estar a explicação para o lento processo de totalização e divulgação do resultado oficial.

O presidente do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), Cincinato Rodrigues, afirmou ontem que a empresa está cumprindo rigorosamente o cronograma acertado com o TSE. Encarregado da digitação e processamento

dos votos de 15 estados, o Serpro atribui aos tribunais regionais a responsabilidade pela lentidão da apuração. Ainda assim, Rodrigues está convencido de que o resultado oficial do primeiro turno será conhecido na segunda-feira.

Embaraçado — Ele evita fazer críticas diretas à Justiça Eleitoral, dizendo que “todos os dados devem ser checados ao máximo, pois o resultado oficial, ao contrário dos números divulgados por esquemas paralelos, não pode deixar margem a dúvidas”. O presidente do Serpro esclarece ainda que qualquer erro no preenchimento dos boletins de urna, por exemplo, exige decisão do juiz do TRE, o que acaba embaraçando o processo de envio de dados para o TSE em Brasília”, justifica.

Até às 17h30 de ontem, os centros de digitação do Serpro — que respondem pelo processamento dos votos de 158.996 boletins de urna a nível nacional — só haviam recebido 68.652 boletins dos TREs. Destes, 53.052 já estavam digitados, mas apenas 19.347 do total puderam ser gravados em disquetes, sem autorização do TRE.